

**COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil n. 06.2020.00004680-5

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, **ADRIANO CABRAL**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF 053.277.579-19, filho de Neile Aparecida da Silva e de Antônio Rosalino Cabral, nascido em 14/6/1989, com residência na rua Desembargador Gil Costa, 310, edifício Angra dos Reis, Florianópolis (cabral.adriano@hotmail.com), 49 99114-5011 (WhatsApp), doravante denominado *compromissário*,

**CONSIDERANDO** que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa dos interesses sociais, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, que assegura o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (artigo 39 do Estatuto da Cidade);

**CONSIDERANDO** que o Plano Diretor de Chapecó – PDC, aplicável à totalidade do seu território, é o instrumento básico e estratégico da Política de Desenvolvimento Territorial do Município e integra o sistema de planejamento municipal (artigo 2º do PDC);

**CONSIDERANDO** que o Plano Diretor de Chapecó determina que junto às vias do sistema rodoviário municipal localizadas na Macrozona Rural,

deverá ser observado um recuo mínimo para as edificações (artigo 141 do PDC);

**CONSIDERANDO** que deve ser adotado recuo mínimo obrigatório de 15m, contado a partir do limite externo da faixa de domínio, para as edificações em imóveis localizados de frente aos contornos viários (artigo 142 do PDC);

**CONSIDERANDO** que as faixas de domínio das vias principais das estradas municipais de Chapecó devem atender a dimensão de 12,50m a partir do eixo da via (inciso I do artigo 301 do PCD);

**CONSIDERANDO** que o Código de Obras de Chapecó determina que obras de construção, acréscimos, modificações ou restaurações, no Município de Chapecó, devem possuir prévio licenciamento emitido pelo órgão municipal responsável (art. 3º);

**CONSIDERANDO** que o Inquérito Civil Público n. 06.2020.00004680-5, que tramita nesta 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, identificou que o compromissário procedeu a construção de um muro - em sua propriedade localizada na linha Pinhalzinho, interior de Chapecó, matrícula 98910 - (coordenadas 342764.00 m E / 7003989.00 m S) sobre a faixa de domínio da estrada municipal lá existente;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

## **DO OBJETIVO**

**Cláusula 1ª:** O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a demolição da obra existe sobre a faixa de domínio da estrada municipal localizada defronte ao imóvel de matrícula 98.910, linha Pinhalzinho, interior de Chapecó;

## **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª:** O compromissário compromete-se a comprovar ao Ministério Público, no prazo de 120 dias, a demolição do muro, e qualquer outra edificação, localizada a menos 12,50m do eixo da estrada e a retirada dos entulhos da área pública;

**Parágrafo primeiro** – O compromissário compromete-se a comprovar o cumprimento da Cláusula 2ª, por meio do e-mail da promotoria (rodapé), no prazo acima;

**Cláusula 3ª** - Os compromissários assumem a obrigação de não realizar novas intervenções na área em questão, sem a devida autorização dos órgãos públicos competentes;

## **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 4ª:** Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 200,00, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste acordo.

**Parágrafo primeiro:** As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados.

**Parágrafo segundo:** O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de dar cumprimento às obrigações contraídas.

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 5ª** - o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra os compromissários, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

**Cláusula 6ª** - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento

de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 20 de novembro de 2020

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

Adriano Cabral  
**Compromissário**